

SEM MEDO, VIVER UMA VIDA DE MULHER-MILITANTE: ENTREVISTA COM ROSELITA VITOR DA COSTA ALBUQUERQUE¹

WITHOUT FEAR, LIVE THE LIFE OF A WOMAN MILITANT:
INTERVIEW WITH ROSELITA VITOR DA COSTA ALBUQUERQUE

SIN MIEDO, VIVA LA VIDA DE UNA MUJER MILITANTE:
ENTREVISTA A ROSELITA VITOR DA COSTA ALBUQUERQUE

Dayane Nascimento Sobreira²

Glória de Lourdes Freire Rabay³

Roselita Vitor da Costa Albuquerque é mulher negra, mãe de três filhos, camponesa e sindicalista. É integrante da ASA Paraíba⁴ e da coordenação do Polo Sindical da Borborema⁵, este responsável pela realização da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, que ocorre anualmente no território. Roselita, ou Rose, como é conhecida, é natural de Remígio, no agreste da Paraíba, e é assentada da Reforma Agrária. Sua história de militância iniciou-se já na juventude, tendo atuado junto à Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP). Ingressou, após cinco anos na PJMP, no sindicalismo rural no município de Remígio-PB. Sua história é atravessada pela luta pela terra e contra as diversas formas de exploração e opressão que incide sob a classe trabalhadora no Nordeste e no Brasil, principalmente entre as mulheres, impactadas por múltiplas violências. Considerada uma referência para o movimento de mulheres do campo, Rose se ergue enquanto uma voz insurgente em meio a espaços predominantemente masculinos, como os sindicatos dos/das trabalhadores/as rurais. Em abril de 2021, foi homenageada, juntamente com a professora Glória Rabay e Gilberta Santos Soares, pela Assembleia

¹ Entrevista concedida ao Podcast Paraibanas, que conta histórias de mulheres e grupos de mulheres que fizeram e fazem história na Paraíba. O episódio foi ao ar no dia 13 de março de 2022 em todas as plataformas digitais. Cf.: <<https://linktr.ee/podcastparaibanas>>. Acesso em: 13 abr. 2022. A transcrição foi realizada por Flávia Pereira Machado (professora do IFG/Goiânia e Doutoranda em História/UFG). A revisão foi feita pelas autoras.

² Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia. É professora substituta na Universidade Estadual da Paraíba e integrante da equipe do Podcast Paraibanas. E-mail: dayanesobreira26@gmail.com.

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É professora na Universidade Federal da Paraíba e integrante da equipe do Podcast Paraibanas. E-mail: gloriarabay@gmail.com.

⁴ Articulação do Semiárido Brasileiro é uma rede que propaga e põe em prática o projeto de convivência com o semiárido. É formada por organizações da sociedade civil, fóruns e redes nos dez estados que compõem o semiárido brasileiro (Cf. <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>).

⁵ O Polo Sindical da Borborema é formado por uma rede de 14 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais (STRs), aproximadamente 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores/as agroecológicos na região do agreste da Paraíba (Cf. <https://www.facebook.com/polodaborborema/>).

Legislativa da Paraíba (ALPB), que concedeu a elas o Diploma Mulher Cidadã Anayde Beiriz⁶, por suas histórias, ações e representatividade na luta pela cidadania das mulheres na Paraíba.

Glória Rabay: Rose, fala um pouco sobre a sua história de vida, onde você nasceu, como se deu os primeiros passos na militância.

Roselita Vitor: Eu me chamo Roselita, mas todo mundo me conhece por Rose. Eu nasci no Sítio Jenipapo, uma comunidade rural aqui de Remígio, fica numa área mais de brejo, mais úmida. Lembro muito dessa infância, onde tinha muito pé de jaca, tinha muita fruta, laranja, então me criei nesse ambiente. E me apaixonei muito. Ao sair do sítio, eu sou filha e neta de agricultores sem-terra, e como muita gente, quando eu estava, mais ou menos com 12 anos de idade, o patrão disse: “– Oh vou vender aqui o sítio e vocês precisam sair daqui”. Então eu fui morar numa das primeiras favelas de Remígio, isso em 1984, que se chamava Matadouro, porque lá tinha um abatedouro público e uma comunidade de muitas famílias como a nossa, de agricultores sem-terra que trabalhavam para outros e iam fazendo casas, ali iam ficando. Eu vivi muito tempo nessa comunidade e lá eu me encontrei com o movimento, que foi uma das referências para minha vida e para minha militância, que foi a Pastoral da Juventude do Meio Popular. E nessa época o arcebispo da Paraíba era Dom José Maria Pires, ainda tinha as Comunidades Eclesiais de Base. E o movimento, ele era um movimento de juventude rural e movimento de juventude da periferia. Foi nesse movimento que eu descobri a minha militância, foi nesse movimento que eu comecei a me questionar que a desigualdade que a minha família vivia e que os outros vizinhos viviam, não era por acaso. Era uma injustiça social que vivíamos e entender que não era por conta de Deus que tinha tanta gente pobre, que tinha tanta gente que não tinha um lar digno para viver. Então eu me descobri militante nesse período. E é uma comunidade ainda muito forte na minha vida porque minha mãe mora lá, minha irmã mora lá, meu irmão também mora lá, é uma comunidade que eu visito, porque lá tenho muitas comadres, afilhadas, jovens que militaram comigo e que vivem lá ainda. Outros foram embora, moram em São Paulo. Mas esse foi o início da minha militância, foi nessa pastoral, e a gente fazia muito trabalho de base com os jovens da periferia da cidade de Remígio, mas também com jovens rurais. Então esse foi o momento que eu entendi que precisávamos falar das injustiças sociais,

⁶ O Prêmio Diploma Mulher Cidadã Anayde Beiriz foi instituído em 2002 pela referida Assembleia Legislativa da Paraíba com o objetivo de homenagear mulheres que contribuíram e contribuem na defesa dos seus direitos. Anayde Beiriz foi uma poeta e professora paraibana, personagem central nos acontecimentos que foram o plano de fundo para a chamada Revolução de 1930 (Cf. <http://www.al.pb.leg.br/39368/assembleia-homenageia-mulheres-paraibanas-com-o-diploma-mulher-cidada-anayde-beiriz.html>).

inclusive começar a fazer um trabalho de reflexão de que a pobreza não era uma coisa que Deus queria, que algumas pessoas vivessem bem e outras não. Esse foi o meu primeiro momento de militante jovem nesse período.

Dayane Sobreira: E como foram os primeiros passos no sindicalismo? Você pode falar para a gente um pouquinho sobre o processo de formação do Polo da Borborema?

Roselita Vitor: Então, na militância, por exemplo, da Pastoral de Juventude, em 1991 a gente começa a construir o Partido dos Trabalhadores no município, depois a gente, não tinha só eu, eu estava vindo da Pastoral, mas tinha companheiros que estavam criando o partido, tinha o companheiro Euzébio que vinha do Movimento Sem Terra, tinha outros jovens que vinham também de outras atividades, e eram todos jovens de origem rural. O sindicalismo, inclusive em Remígio, era um sindicalismo que estava à beira do fracasso, só para vocês terem uma ideia, era um sindicato que em 1992 tinha cinquenta sócios em dias, e um senhor já muito idoso, ele disse assim: “ – Vocês querem tomar conta desse sindicato?”. Já era hora da gente ir para um espaço, para a gente realizar aquele desejo que tínhamos de organizar os agricultores e as agricultoras. Então em agosto de 1993 eu fui participar, fui convidada a contribuir no Sindicato, isso porque eu já conhecia muitas pessoas da Pastoral, meus pais ainda continuavam trabalhando na agricultura, mesmo a gente morando no bairro, mas meu pai e minha mãe sempre tiveram roçados. Começamos a articular eleição, fizemos uma eleição, ficou ainda algumas pessoas da antiga diretoria. E lá na parede do sindicato tinha os generais, a gente já foi tirando aquilo tudo de lá e foi assim, foi bem complicado também porque outras pessoas que estavam lá a mais tempo disseram que não era para a gente tirar, esse foi um momento muito forte. Isso foi em agosto de 1993, quando eu entrei, e em dezembro de 1993 a AS-PTA⁷ chegou na região. A AS-PTA é uma organização não-governamental que tem uma sede no Rio de Janeiro, e estavam montando um escritório na Paraíba e sabiam mais ou menos a região onde a agricultura era forte e tinham a intenção de trabalhar com os sindicatos, a partir do departamento rural da CUT⁸, que existia nesse período. Foi quando a gente teve uma reunião com a CUT e com essa articulação que tinha aqui no Brejo, era uma articulação da CUT que fazia um processo de formação. Era aquele sindicalismo muito mais de discurso, um sindicalismo que

⁷ AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia) é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que atua, desde 1983, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. A organização tem escritórios nos estados do Rio de Janeiro e Paraíba (Cf. <http://aspta.org.br/quem-somos/>).

⁸ Central Única dos Trabalhadores.

não tinha muita raiz na prática da vivência dos camponeses. A gente começa uma experiência também em sindicalismo e agroecologia com dois sindicatos do município de Remígio, onde eu moro, e o sindicato de Solânea, e a gente começou um trabalho de sindicalismo e de agroecologia, que era ir para as propriedades das famílias agricultoras, entender quais eram os problemas da agricultura, o que os agricultores e as agricultoras estavam fazendo para sobreviver no campo. Nesse momento o município era tomado pelo latifúndio. Você tinha muitos poucos agricultores que eram donos da terra, a maioria trabalhava para o patrão, esses não tinham muita autonomia de dizer o que queriam fazer, a terra não era deles. Mas a gente iniciou esse trabalho. Mais tarde envolveu os sindicatos de Lagoa Seca e de Alagoa Nova, eram sindicatos que já tinham uma luta em torno da EMPASA⁹ de Campina Grande, que era para garantir um espaço para que os agricultores pudessem vender os seus produtos. O Polo começa a se articular por essa luta. Depois, uma outra luta forte na construção do Polo foi a ocupação do INSS¹⁰, aqui no município de Esperança, muito próximo a Remígio, pela forma como tratavam os trabalhadores no acesso aos direitos previdenciários, da aposentadoria, de pensão. Muitos dos funcionários pediam as mãos dos agricultores e das agricultoras para dizer se era agricultor ou não, e aquilo era uma forma de humilhação. A gente fez a ocupação do posto em 1997, ocupamos o posto do INSS com os sindicatos da região, muitos sindicatos se envolveram. Na verdade, nossa experiência no Polo começou com três sindicatos, hoje a gente atua em 14 municípios aqui do território da Borborema, construindo esse projeto de agricultura familiar agroecológica e de sindicalismo. Então, é mais ou menos essa ação que a gente tem. E a gente vai se organizando, as experiências em agroecologia vão assumindo um papel muito forte porque o sindicato que até então era de birô, onde os diretores ficavam lá esperando as pessoas virem, os diretores passam a sair daquelas cadeiras de ficar esperando e vão para o campo entender os problemas da agricultura. E isso foi um momento muito forte, em que os agricultores começam a dizer que esse sindicato é importante, porque ele sai da sua sede e vem para cá, para entender quais são os nossos problemas. Isso foi gerando uma série de reflexões nos sindicatos vizinhos, a ponto de em 2001 a gente ampliar a nossa ação que até então estava em sete e foi para 14 municípios. E assim tem sido essa a ação política do Polo, de construir um sindicalismo que seja menos burocrático e mais participativo. Claro que isso tem sindicatos que avançaram mais, compreenderam com mais clareza a nossa ação, tem uns ainda com dificuldades, mas na maioria é uma ação muito forte de reconhecimento da ação política. E os agricultores que antes não eram vistos como sujeitos de construção de um processo de inovação

⁹ Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas.

¹⁰ Instituto Nacional do Seguro Social.

do seu território, começam a se reconhecer, que eles têm saber, que eles podem mudar, que eles têm sabedoria, que eles são pessoas importantes. Isso foi uma diferença muito grande na ação política aqui no território.

Dayane Sobreira: No Polo é importante a atuação da Comissão de Mulheres, que se organizam anualmente para a realização da Marcha pela Vida das Mulheres. Nas marchas, além de participar do processo de formação e preparação, você também atua junto a um grupo de teatro, fazendo geralmente, o papel de Margarida, nas peças que já viraram tradição, não é verdade?!

Roselita Vitor: A gente tem aqui uma das ações que é a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Essa ação de trazer as mulheres é porque elas foram invisíveis muito tempo, no sindicalismo, um sindicalismo marcado muito fortemente pela presença dos homens, e também da invisibilidade das mulheres agricultoras. Então a gente, muitas vezes, fazia uma reunião do Polo e estava lá aquela reunião cheia de homens, e onde estão as mulheres? Cadê as mulheres? E quando a gente acampa, a gente via que tinha muitas mulheres que faziam experiências, que estavam lá conservando as plantas medicinais, as sementes, a criação. E por que que essas mulheres não aparecem? Era a pergunta que a gente se fazia. Por que essas mulheres não vêm? Então a gente começou a sistematizar experiências de mulheres, trazer essas experiências para os espaços coletivos, que deu origem à Comissão Regional de Saúde e Alimentação, e foi a partir daí que a luta das mulheres foi sendo visibilizada dentro do espaço do Polo. A gente foi trazendo a importância das experiências delas, que tinha para a agricultura familiar, o conhecimento, a sabedoria das mulheres. Esse foi um ponto inicial do nosso trabalho. Depois a violência começa a chegar a partir de falas muito tímidas das mulheres, inclusive quando a gente convidava as mulheres agricultoras para esses espaços, muitas vezes a gente mandava o bilhetinho pelo companheiro, e esse bilhete não chegava e nem a mulher também chegava na reunião. E a gente perguntava: “– A senhora recebeu?”, “– Não recebi”. A gente começou a saber que eles não entregavam as comunicações que a gente mandava, geralmente, ele quem mais vinha à cidade, o homem. Mas depois a gente começou a ver que tinha mulher que não podia vir nem de mototáxi para a reunião, porque eles não deixavam. E essas violências assim, começaram a chegar no espaço e a gente começou a ver que a gente deveria tratar, que essa era uma violência. Então a Marcha vai se construindo por dentro desse espaço de formação e de visibilidade das experiências das mulheres. Hoje a gente diz que a gente tem aquele dia da Marcha, mas a Marcha para a gente, é todo dia quando a gente enfrenta o machismo no sindicalismo, quando a gente enfrenta o machismo em uma reunião de coordenação, quando a

gente fica sabendo porque a mulher não participou, tal agricultora não veio. Esse enfrentamento, ele é cotidiano e gerou muita polêmica. E eu acho que nem sempre as coisas mudam dentro da vontade desejada, que muitas até falavam: “– Eu queria que ele reconhecesse”. A gente disse também, mas esse reconhecimento, muitas vezes, precisa ser dentro de muita polêmica para ele poder dizer: “– Poxa vida! Eu estou dando uma mancada, nem reconheço a minha companheira”. E quando a gente começou a construir intercâmbio entre as mulheres, chegava aquele monte de mulheres na casa dela para conhecer a experiência dela, o cara ficava meio assim: “– Poxa vida! Eu não reconheço e esse monte de mulheres vem aqui para ouvir minha companheira”. Uns começaram a se tocar e começaram a entender que ou ele contribuía nesse processo de valorização da companheira ou então ele ia ficar fora. E muitas mulheres resolveram, inclusive, nem reatar suas relações, preferiram ficar sozinhas, disseram que era melhor desse jeito. Deu muita polêmica porque teve uma hora que disseram que estávamos fazendo um movimento para descasar as mulheres. Olha só! Muito grave! Hoje eu morro de rir com isso! Mas assim, foi dentro de muita polêmica que o movimento foi se reafirmando enquanto um movimento de mulheres. Então assim, só para você entender que ainda tem muita reflexão, ainda tem muitas coisas assim que acontecem, mas eu diria que é nesse contexto mesmo que as mulheres vão se reafirmando, muitas delas dizem que foram felizes depois que o marido morreu porque enquanto ele vivia ela não tinha felicidade. Isso é muito triste para a gente saber disso. Então a marcha é exatamente essa reflexão. Disso aí tem um grupo de teatro, porque a gente disse que para a gente mudar, refletir as suas realidades, a gente entendia que não era numa oficina, por exemplo, sobre gênero, que elas iriam, talvez, entender as marcas da violência, e que a gente precisava de um instrumento sutil que pudesse falar para as mulheres. O teatro é um dos instrumentos que a gente usa na Marcha e nas comunidades para fazer as mulheres refletirem sobre essas questões da violência. Margarida foi um nome que a gente deu porque poderia ser Joana, poderia ser muitas outras, mas aí saiu Margarida. E assim, é engraçado, porque as mulheres, muitas vezes, me veem nas comunidades, nas reuniões, e dizem: “– Lá vem Margarida! Chegou Margarida”, não conseguem diferenciar Roselita do personagem. Mas é muito engraçado porque tem umas que dizem: “– Eu baixei o vídeo no YouTube só para ver, eu vejo não sei quantas vezes o vídeo que você faz”. É muito engraçado isso porque as mulheres vão se enxergando na Margarida, suas situações, as questões que a Margarida traz sobre a violência, sobre muita coisa, elas se veem lá. E engraçado, elas dizem que chamam a vizinha para ver, que dão para a irmã. Teve um momento que a gente fez muito

vídeo¹¹ sobre os teatros que a gente faz, sobre os vídeos, e teve um vídeo sobre a vida de Margarida, que traz uma reflexão sobre o cotidiano de violência que as mulheres camponesas sofrem, e foi engraçado porque isso era multiplicado, as mulheres faziam cópias, levavam para a cidade para fazer cópia para dar para a irmã, para não sei quem que estava em São Paulo. É muito prazeroso, eu acho. E as mulheres na Marcha: “– Chegue Rose, que eu quero tirar uma foto com você, eu sou fã de você”. Tem hora que eu digo que não posso dar mancada porque senão, imagina, as mulheres vão se decepcionar com Margarida! Elas viram na Margarida, no personagem, o que elas não conseguiam dizer há anos, não conseguiam dizer nas famílias delas. É muito forte! A Marcha tem tudo isso para a gente chegar naquele dia, não é, Dayane?! Você foi para a Marcha das Margaridas com a delegação do Polo. E como é fervoroso e como tudo isso mexe. E é assim a nossa luta, exatamente essa. Sem teatro na Marcha não tem graça. Ali, sem teatro, a Marcha não vai para frente, as mulheres dizem.

Glória Rabay: Muito, muito interessante, muito empolgante, a história que você está contando para a gente, Rose. A forma como você conta essa experiência, tanta atuação, tanta luta, tantas frentes. Eu sei que tem mais uma porque na hora de lhe apresentar você se apresenta como uma mulher negra e mãe do campo! O que significa isso, ser mulher negra no campo?

Roselita Vitor: Isso aí é uma das coisas que eu diria que é de uns dois anos para cá, na verdade. Eu até diria, reconheço isso. Antes todo mundo me dizia que eu era morena, é engraçado, porque eu acho que é a cultura que nos leva a isso, de não se reconhecer como mulheres negras, então assim dizer: “– Mas você não é negra, é morena”. Eu olhava para minha mãe, minha mãe é uma mulher negra! Eu olhava para os meus tios, meus tios são pretos! Eu olhava para meu avô. E dizia, como eu posso não ser mulher negra? E essa morena não era uma coisa que me contentava, porque dentro de mim eu era negra mesmo. Foi na Marcha de Remígio, dos dez anos de comemoração da Marcha, que a gente quis trazer um debate sobre as mulheres negras camponesas. Como é que é a situação dessas mulheres? Foi um momento muito rico, não só para mim, mas para muitas outras mulheres, que a gente começou a perceber que no semiárido, nas grandes secas, da fome e da miséria, muitas dessas mulheres iam para a casa das patroas trabalhar, da classe média, apenas pela comida e pela roupa, e que nessas casas, muitas vezes, foram abusadas pelos filhos dessas famílias, pelo marido, muitas vezes foram humilhadas. Foi muito forte retratar isso, a gente sabe que no semiárido, de fato, essa situação foi muito forte,

¹¹ Alguns desses vídeos podem ser acessados em: <https://www.youtube.com/watch?v=kkIbWQIBn2o> e <https://www.youtube.com/watch?v=ZYU1hBqYsHA>. Acesso em: 13 abr. 2022.

muitas meninas iam trabalhar na cidade, pela pobreza. E aí eu vou me reconhecendo, eu não sou morena, eu sou negra mesmo! Quando eu olhava para a história da minha mãe, minha mãe sofreu racismo. Meu pai é branco e casou com a minha mãe, eu lembro dela ter muitas mágoas do período que ela noivou com o meu pai, todo mundo dizia: “– Por que que Zé vai casar com aquela negra?” e isso ainda marca muito a história dela. Inclusive os cabelos dela, o cabelo dela é muito pequeno, ela nunca deixou crescer porque ela diz que o cabelo é ruim, e, para ela, o cabelo ruim tem que ficar bem pequenininho. É impressionante isso! São as marcas que ficam nas mulheres. Então assim, me enxergar, enxergar a história da minha mãe, dos meus ancestrais nisso, foi uma descoberta muito forte. Eu digo que eu tenho vivido esses últimos tempos, eu tenho trazido muito forte isso para a minha vida. Morar no campo é outro aspecto. Toda essa infância, que eu nasci e vivi no campo, eu nunca esqueci, na verdade. E meu sonho era morar na roça. Eu morei sete anos na cidade, quando casei em 2000, moramos sete anos, mas o nosso sonho, meu e de Euzébio, era morar, era achar um canto para a gente viver. A gente participou da luta aqui, em 1998, foi a primeira área ocupada pelo MST, acampamos com os agricultores, foi um espaço muito forte. Ficamos morando na cidade e vindo para o lote junto com as pessoas para segurar essa terra. A gente já era sindicalista nesse período e a gente botava roçado aqui bem próximo onde era a sede da fazenda e voltava para fazer a militância no sindicato. Quando chegou o dia da gente vir para cá eu não acreditava que a gente estava tendo direito à terra, por tudo que meus pais passaram e por tudo que meus avós passaram também, eles nasceram aqui nessa propriedade. Nessa área existe dois assentamentos, são três mil hectares que estava na mão de uma única pessoa. Hoje são 150 famílias cadastradas pelo INCRA¹², mas é muito mais que isso. E nessa terra aqui morou meus avôs, os pais da minha mãe, o pai e a mãe, meus tios todos nasceram aqui, mas essa terra era de um fazendeiro de Areia¹³, eles trabalhavam aqui, era mão de obra barata. Meu sonho era que minha avó soubesse, e acho que ela sabe disso lá no plano superior, de que essa terra aqui hoje é minha. Eu tenho muito, assim, essa certeza, porque eu digo para a minha avó que a gente fez justiça pelo tempo que eles trabalharam aqui de graça para o patrão e que era apenas para viver porque não tinha outra oportunidade, ou era aqui ou não tinha onde morar. Então são coisas assim da nossa história, reconhecer que eu sou camponesa foi uma coisa que me fez um bem enorme. Eu me sinto assim, eu digo (e Euzébio toma um susto quando ele ouve eu dizer isso) que se hoje eu partir para outro plano, parto muito feliz por tudo que eu vivo aqui. Aqui é um lugar que eu venero todos os dias, que eu tenho muita gratidão. Eu ajeito esse lugar para que as pessoas que vêm aqui, espero que um dia vocês

¹² Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

¹³ Município do agreste da Paraíba, que, a oeste, faz divisa com Remígio. Dista 130 km da capital, João Pessoa.

venham, para que as pessoas que chegam aqui sintam essa paz. Sintam a paz de chegar aqui e saber que esse espaço é um espaço de reforma agrária, de luta, e é por isso que a gente luta pela reforma agrária. Porque o que passa na TV sobre a reforma agrária é que os assentados não querem nada, que ninguém não quer trabalhar, isso é o que passa na mídia na maioria das vezes, mas não passa o bem-estar que é morar nesse lugar, a paz que é viver. Nessa pandemia, se não fosse esse lugar, não sei dizer como eu estaria. Aqui a gente planta, eu trabalho nas minhas flores, nas minhas ervas, sem máscara, os meninos correm. Eu tenho uma filha no espectro do autismo, aqui ela corre, ela brinca com a terra, com as folhas. Tem algumas dificuldades, a gente morar na roça sem transporte, por exemplo, é uma das dificuldades, mas isso a gente vai se reinventando. Eu tenho uma filha que tem autismo, para estudar e para fazer terapia, eu tenho que pagar o transporte para ela ir, porque esses são os desafios que a gente tem de morar porque o poder público não considera isso. Mas das coisas que a gente tem na vida, a gente vai se reinventando nesse processo. E vai casando, eu acho que é isso, essa é um pouco da minha vida, enquanto mãe, mulher negra, camponesa, mãe. Tenho filhos, tenho três filhos, tenho Ruth que é minha filha mais velha, que também me ensina muito, é uma jovem lésbica, e isso foi muito forte na minha vida, não porque ela é assim, mas porque a gente aprende a viver, a gente aprende a aceitar as pessoas e eu nunca tive medo. Eu sempre dizia que eu nunca ia ter medo de ter filho diferente, e eu acho, não sei, me parece que o universo conspirou com tudo isso, de ter Ruth, minha filha mais velha, que se assume na comunidade LGBT; tenho uma filha no espectro do autismo, eu sofro pela discriminação que elas sofrem, mas não porque elas são assim. Eu acho que isso, eu digo sempre, a gente vai enfrentar juntas, a gente vai remar juntos. Eu sou como uma leoa mesmo, se vier pegar eles, eu vou para cima. Como tudo isso nos ensina! Eu sempre digo que eu nunca tive medo, eu tenho medo da fome, eu tenho medo do racismo, eu tenho medo da homofobia, mas não por ter filhos diferentes, isso eu não tenho. Acho que essas questões são questões do cotidiano e a gente, muitas vezes, enfrenta essas coisas dentro da família da gente, em outros espaços. Mas eu diria que enquanto vida eu tiver eu vou falar sobre isso e eu vou falar sem medo sobre isso. Mas a gente vai se construindo nos espaços também com as mulheres.

Dayane Sobreira: Rose, conversar com você é sempre um aprendizado, renova na gente a esperança por dias melhores, ainda mais diante desse cenário que a gente se encontra de pandemia. Gratidão por essa conversa.

Glória Rabay: Rose, você é uma mulher que nos inspira, nos fortalece. Nós estamos muito orgulhosas de ter recebido você neste programa. Muito obrigada pela sua disponibilidade, pelo seu carisma, pela sua força.

Roselita Vitor: Eu quero agradecer a oportunidade de poder estar com vocês. Quem sabe quando a gente sair dessa pandemia, a gente vai poder trocar mais conversa e nos visitar para conversar sobre tudo isso, reinventar, fortalecer nossa luta, e agradecer. Para mim foi um momento muito forte com Glória, lá naquele momento importante de reconhecimento da luta das mulheres, e a gente dizia, que aquela homenagem que a gente recebeu do Diploma Anayde Beiriz não era só nosso, é de todas essas mulheres que constroem, a gente está sempre aprendendo umas com as outras, eu acho que é isso a nossa luta. Eu quero também agradecer e dizer que estamos juntas.



Enviado em 20 de fevereiro de 2022.

Aprovado em 10 de abril de 2022.